



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ESTELA BEZERRA - PSB

REQUERIMENTO Nº 6.239 /2019

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, inciso XIX, do Regimento Interno, após aprovação em concordância com o Plenário, que seja aprovado **VOTO DE REPÚDIO** ao Deputado Federal Eduardo Bolsonaro acerca de suas manifestações em favor ao AI-5.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2019.


ESTELA BEZERRA
Deputada Estadual - PSB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL ESTELA BEZERRA - PSB

JUSTIFICATIVA

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), assim como o restante do clã Bolsonaro, coleciona em seu currículo político uma carreira parlamentar insípida e uma coleção de declarações, no mínimo, polêmicas, que afrontam a democracia, a liberdade e os direitos humanos.

Eduardo Bolsonaro já sugeriu que o Brasil realizasse um plebiscito para que a população decidisse sobre a pena de morte, contrariando uma das cláusulas pétreas da Constituição. Em outra ocasião, o parlamentar declarou que o Brasil deveria intervir militarmente na Venezuela. Numa das graves afrontas ao poder judiciário, Eduardo Bolsonaro disse que seria fácil fechar o Supremo Tribunal Federal (STF), sendo preciso apenas um jipe, um cabo e um soldado. No dia 30 de outubro, foi publicado no canal do YouTube da jornalista Leda Nagle um vídeo de uma entrevista de Eduardo na qual ele diz que, se a esquerda "radicalizar" no Brasil, a resposta pode ser "via um novo AI-5".

O Ato Institucional 5 foi assinado em 1968, no regime militar, e é considerado uma das principais medidas de repressão da ditadura. Entre as consequências do AI-5 estão o fechamento do Congresso Nacional, a retirada de direitos e garantias constitucionais, com a perseguição a jornalistas e a militantes contrários ao regime. A fala de Eduardo sobre a possível adoção de um ato como o AI-5 gerou forte repercussão no Congresso Nacional, no Senado Federal e no Supremo Tribunal Federal. Além da Anistia Internacional, Associação dos Juízes Federais do Brasil, Associação Nacional dos Procuradores da República, Frente Nacional de Prefeitos. Partidos de situação e oposição ao governo, incluindo o próprio PSL também manifestaram desagravo às declarações.

O presidente Jair Bolsonaro, se apressou em defender o filho de mais uma de suas absurdas e criminosas declarações. Mas o fato é que Eduardo Bolsonaro precisa responder sozinho por seus próprios atos. Na tarde da última terça-feira (5), o PT, PSOL e PC do B, protocolaram junto ao Conselho de Ética da Câmara Federal o pedido de cassação do mandato do parlamentar, por fazer apologia à ditadura militar.

Justificamos nosso repúdio às declarações do deputado federal Eduardo Bolsonaro, consideradas autoritárias e inconstitucionais.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2019.


ESTELA BEZERRA
Deputada Estadual - PSB